



ACÓRDÃO Nº228/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11202/2019.

Apensos: Processo nº 14451/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã.

4- Exercício: 2018.

5- Responsável: Francivaldo Loureiro da Cruz (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: André de Souza Oliveira - OAB/AM 5219.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2.029/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Francivaldo Loureiro da Cruz**, responsável pela Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã, exercício 2018;

10.2. Aplicar Multa com fundamento no art. 54, VII, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Francivaldo Loureiro da Cruz** no valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, em razão das impropriedades descritas nos itens II e IV da Fundamentação da Proposta de Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



ACÓRDÃO Nº228/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Determinar à origem que evite a ocorrência das restrições não sanadas, bem como adote as recomendações apresentadas pela CI-DICAMI que não conflitem com o desfecho da Proposta de Voto;

10.4. Dar ciência do desfecho dos autos ao patrono do **Sr. Francivaldo Loureiro da Cruz** (procuração de fls. 200).

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior (art. 65 do Regimento Interno).

13.2. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral